



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000916-69.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial - SEMAP

ASSUNTO: Contratação emergencial – Dispensa de licitação – Contratação temporária de pessoa jurídica especializada, para prestação dos serviços comuns de engenharia elétrica.

DESPACHO Nº 768 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP (1010778), por meio do Documento de Formalização da Demanda - DFD, juntado ao evento n. 1011125, objetivando a contratação emergencial de pessoa jurídica, especializada em serviços de engenharia, para prestação dos serviços comuns de engenharia elétrica, a saber: manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças (mediante ressarcimento), do sistema elétrico, que compreende os elementos interligados de entrada de serviços, subestação, grupo gerador e *no-breaks*, instalações elétricas prediais não estabilizadas e estabilizadas desde o ponto de derivação (Entrada da Concessionária) até os Quadros Gerais de Distribuição (QGD's) de cada pavimento dos edifícios do TRE-RO em Porto Velho/RO, em razão da rescisão do Contrato n. 40/2022 (0959857), celebrado com a Empresa TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.

O Secretário da SAOFC, mediante Despacho n. 1062/2023 (1012580), concluiu que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não** exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º ao art. 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo ao unidade demandante, para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

Em atendimento ao referido despacho e instrução do feito, foram juntados ao processo versão inicial do Termo de Referência (1015169), Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta (1015861), com valor estimado de **R\$ 426.480,24** (quatrocentos e vinte e seis mil quatrocentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos), bem como consulta de preços praticadas no âmbito da Administração Pública (1016022 a 1018672).

Em não havendo, em um primeiro momento, apresentação de propostas comerciais e documentos de habilitação por parte de empresas interessadas, houve a juntada de nova versão do TR (1022159) suprimindo a exigência de comprovação de manutenção em *no-break* e adicionando o Anexo VI - Modelo de Proposta (1022565), com vistas a estimular a participação de empresas do Estado, reencaminhando a proposta para as empresas nos termos do evento n. 1022588.

Realizada a Cotação de Preços no mercado local, das 7 (sete) empresas consultadas, apenas 2 (duas) apresentaram propostas e demonstraram condições de habilitação, a saber, as empresas: **a)** SL ENERGIA E GRUPO GERADORES, CNPJ n. 36.698.994/0001-09 (1024467) (documentos de habilitação jurídica, econômica, técnica e fiscal, juntados aos eventos n. 1024471, 1024472, 1024473 e 1024474); e **b)** MAROK SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA LTDA, CNPJ n. 15.706.238/0001-04 (1024476) (documentos de habilitação jurídica, econômica, técnica e fiscal, juntados aos eventos n. 1024482, 1024484, 1024486 e 1024489).

A empresa MAROK SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA LTDA, CNPJ n. 15.706.238/0001-04, sagrou-se vencedora da cotação de preços, pelo valor total estimado de R\$ 310.800,00 (trezentos e dez mil e oitocentos reais), de acordo com sua proposta juntada no evento 1024476, bem como a comprovação dos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista,

econômico-financeira e técnica acima elencados, remetendo-se os autos à SAOFC que exarou comando às unidades competentes para prosseguimento do processamento do feito (1024631).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 1298/2023 (1024631), formalizou a programação orçamentária projetada para 6 (seis) meses de contratação no exercício de 2023, conforme valor supra indicado na cifra de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais) (1025138).

Em atenção à Solicitação de Diligência SAC (1025060), A SEMAP juntou versão final do Termo de Referência ao evento n. 1025233, ocasião em que a Seção de Apoio às contratações - SAC manifestou-se pela regularidade do referido Termo de Referência, uma vez que se encontra em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos comandos constantes do inciso VIII do art. 75 da Lei n. 14.133/2023, podendo a contratação ser processadas por dispensa de licitação (1025535).

A Seção de Contratos – SECONT juntou a minuta de Contrato (1027152) e remeteu o feito à AJSAOFC para análise (1027154).

A Assessoria Jurídica da SAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 135/2023 (1027367), fundada na situação de **emergência**, opinou pela possibilidade da contratação direta, por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/21, da empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA**, CNPJ 15.706.238/0001-04, e pela aprovação do **Termo de Referência n. 4/2023** (1025233). Por fim, aprovou a minuta de Contrato juntada no evento 1027152.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do TR (1025233); pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado (0983687); pela autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação em razão de situação de emergência; **Contratação direta da empresa: MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.706.238/0001-04; e pela publicação do ato de dispensa no DJE, em prestígio ao princípio da publicidade, bem como no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**, conforme item 28 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 (1027571).

Vieram os autos para apreciação, nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que o presente pedido de contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n. 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022.

Conforme relatado, a SEMAP pleiteou, em regime de urgência, a contratação de empresa especializada serviços de engenharia, para prestar serviços comuns de engenharia elétrica, justificando a necessidade da presente contratação emergencial em razão da rescisão contratual que está em andamento no Processo SEI nº. 0001460-91.2022.6.22.8000 e que já é resultante de um procedimento de contratação direta devido a um certame fracassado, de modo que a presente contratação suprirá a lacuna temporal entre a rescisão e a operacionalização de nova contratação neste Regional.

Verifica-se que todos os fatores acima elencados podem ocasionar impactos negativos às atividades desenvolvidas neste Tribunal, tendo em vista que não sendo efetuada a contratação em caráter emergencial, este Tribunal passará a não contar com cobertura dos referidos serviços de manutenção elétrica, mesmo havendo sido diligenciados todos os planejamentos e existir cobertura orçamentária para o período.

Nota-se, assim, que aguardar até o desfecho de todo o procedimento ordinário de licitação afetará a prestação dos serviços à sociedade em geral, a conservação e manutenção de programas e bancos de dados e a regular tramitação de todos os processos, de modo que a contratação emergencial visa, de fato, preservar a continuidade da prestação dos serviços oferecidos por este Tribunal, tendo em vista ser essencial a rotineira manutenção preventiva e corretiva de todo o sistema elétrico da Justiça Eleitoral na Capital de Rondônia.

Portanto, não resta outra alternativa que não seja a via da contratação direta, por dispensa de licitação, **em razão de situação emergencial**. Para hipóteses tais como esta, a **Lei n. 14.133/2021**, nos termos do inciso VIII do artigo 75, assim estabelece:

Art. 75. É dispensável a licitação:

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

...

§ 6º Para os fins do inciso VIII do **caput** deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

Pela simples leitura do dispositivo legal citado, denota-se que é possível a dispensa da licitação quando ocorre situação real que poderá **ocasionar prejuízo** ou comprometer a segurança de pessoas, obras, **serviços, equipamentos e outros bens, público ou particular**.

Para que seja caracterizada a urgência descrita na lei e, portanto, possível a dispensa de licitação, é indispensável a ocorrência dos seguintes pressupostos:

a) a situação adversa deve caracterizar uma urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos;

b) deve ser dimensionada somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial, que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano contado da data de ocorrência da emergência; e

c) são vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.

No caso em análise, **constata-se que as justificativas apresentadas pela SEMAP no capítulo 3 do TR (1025233), cumprem os requisitos legais à caracterização da contratação emergencial demandada**. Acrescente-se ainda que, de acordo com o **item 4.1 do TR**, o contrato que se pretende terá prazos, de execução e vigência, máximo de duração de 1 (um) ano, contados da assinatura do instrumento de contrato e da emissão da Ordem de Serviço, respectivamente, o que revela que foi dimensionado apenas para o atendimento da situação emergencial.

Ademais, como já registrado, a emergência decorre da lacuna temporal entre a rescisão do atual contrato e a operacionalização do processo licitatório para efetivação de nova contratação do referido objeto. Assim, concluído o certame e realizada nova contratação dele decorrente, a situação emergencial que fundamenta a contratação no presente caso, finda, bem assim, a vigência da própria contratação ora analisada, dando lugar à contratação efetuada pelos meios ordinários licitatórios.

Assim, não se pode olvidar que, uma vez presentes todos os requisitos previstos no ordenamento jurídico, cabível será a dispensa de licitação por emergência, considerando que, **neste momento**, não se mostra possível observar o procedimento licitatório ordinário, com atendimento de todos os prazos e formalidades, sem que isso possa implicar riscos sérios de danos à continuidade das funções desta Justiça Eleitoral. Para situações de emergência, as medidas também devem ser de emergência, com ações imediatas e eficientes.

Não obstante, verifica-se que no caso concreto a melhor solução adotada realmente é o processamento da contratação de forma direta, por dispensa de licitação, ante a situação de emergência devidamente demonstrada nos autos, enquadrando-se nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021.

Caracterizada a situação de emergência, a Lei de Licitações estabelece outras condições a serem observadas no processo de dispensa, na forma do § 6º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, quais sejam:

I - valores praticados pelo mercado: situação que foi demonstrada e justificada pela unidade demandante na Informação Conclusiva valor estimado (1015861) e manifestação (1024495) e analisada na Seção 3.1.2 do parecer jurídico (1027367);

II - adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório: verifica-se que a unidade indicou que haverá tempo suficiente em 1 (um) ano para elaborar um novo processo com todos os elementos necessários para evitar os mesmos problemas dos processos anteriores (1011125) e informou que já estaria realizando estudos e capacitações visando uma nova modelagem de contratação por meio de facilities, ainda que sem processo formalmente aberto;

III - sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial: sobre este ponto, a AJSAOFC entende que as justificativas apresentadas pela SEMAP no item 3 do TR n. 04/2023, afastam eventual apuratório com essa finalidade. Isso porque demonstram que **a contratação emergencial não decorreu de desídia ou má gestão**, elementos objetivos exigidos, como na Orientação Normativa n. 11 da AGU.

Ademais, estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas: a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação da Contratação (1011125); b) Estimativa da Despesa (1015861); e c) Termo de Referência (1025233). A AJSAOFC concluiu pela adequação legal de todos esses documentos ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

Dessa forma, verifica-se que constam no Termo de Referência n. 4/2023 (1025233) a reprodução de todas as regras relativas a contratação direta, com dispensa de licitação, fundada na situação de emergência, com fundamento no art. 75, VIII, da Lei n. 14.133/2021, havendo a descrição do objeto e de seus compelttos, justificativa da necessidade da contratação, toda a descrição de conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, as condições de habilitação, bem como as capítulo específica referente a gestão e fiscalização do contrato, com a previsão de sanções administrativas para as partes.

Por fim, devido tratar-se de dispensa não em razão de valor, mas sim originada em situação emergencial, com serviços que resultam obrigações futuras à contratada, é imperiosa a adoção do instrumento de contrato, cuja minuta foi juntada ao processo pela SECONT (1027152) e devidamente analisada pela AJSAOFC, que aprovou seus termos, ante a constatação da adequação às regras disciplinadas pelo novo regime jurídico das contratações instituído pela Lei n. 14.133/2021.

Pelo exposto, com amparo nas atribuições conferidas pela Portaria GP n. 66/2018, bem como nos documentos e nas informações constantes nos autos:

1 - Aprovo o Termo de Referência n. 4/2023 – SEMAP (1025233), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento 1015861, item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015, alterado pela Portaria 57, de 7 de março de 2023, e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

3 - Autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, em razão de situação emergencial, com fundamento no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021;

4 - Adjudico o objeto à empresa MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.706.238/0001-04 e autorizo a emissão da Nota de Empenho a seu favor, no valor total de R\$ **310.800,00 (trezentos e dez mil e oitocentos reais)**; e

5 - Determino a publicação do ato de dispensa no Diário Oficial da União, com fundamento no Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário e no Parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, em razão do valor ultrapassar o limite estabelecido para a dispensa de licitação, bem como a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), do instrumento contratual e de seus aditamentos, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contatos da data de sua assinatura, em cumprimento ao comando constante do art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 06/07/2023, às 15:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1030453** e o código CRC **91D3EC7E**.

0000916-69.2023.6.22.8000

1030453v46